

Médicos do HC são alvo de ação por esquema em bariátricas

Promotoria aponta fluxo paralelo de pacientes que 'furavam fila' para realizar cirurgia pelo SUS

Por Moara Semeghini

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) denunciou dois médicos do Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, em Campinas (SP), como responsáveis por liderar um esquema irregular para acesso de pacientes a cirurgias bariátricas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os pacientes beneficiados pelo esquema "furavam" a fila de espera pela cirurgia eletiva no SUS. A medida foi protocolada nesta semana pela Promotoria de Campinas.

Os investigados são o professor Elinton Adami Chaim e o servidor Felipe David Mendonça Chaim, apontados pelo MP como responsáveis por estruturar um fluxo irregular para acesso ao Ambulatório de Obesidade do hospital, com favorecimento a pacientes encaminhados por meio de uma empresa vinculada a um deles.

A ação pede, em caráter liminar, a indisponibilidade de bens no valor de R\$ 1.428.000, montante que, segundo o MP, corresponde a ganhos obtidos de forma ilícita. No mérito, o órgão requer a condenação dos acusados com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), com sanções que incluem perda de bens, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa.

Fora do sistema oficial

Segundo as investigações, a empresa prestava serviços a municípios da região no atendimento a pacientes com obesidade. Após o acompanhamento clínico, essas pessoas eram encaminhadas diretamente ao ambulatório da Unicamp.

O Ministério Público sustenta que esse acesso ocorria sem passar pela Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (Cross), sistema responsável por organizar e

distribuir vagas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda de acordo com a Promotoria, os médicos, valendo-se das funções que exerciam no hospital público, teriam facilitado o ingresso desses pacientes no serviço, criando um fluxo paralelo de atendimento que priorizava usuários vinculados à empresa.

Para o MP, a prática viola princípios do SUS, como a universalidade e a equidade no acesso, além de gerar vantagem econômica indevida aos envolvidos.

Prefeituras

A investigação também aponta que a empresa mantinha contratos com administrações municipais. Um dos exemplos citados é um acordo com a Prefeitura de Indaiatuba, que previa pagamento mensal de R\$ 11.800 por seis meses, totalizando R\$ 70.800, posteriormente prorrogado.

Um contrato posterior estipulou remuneração de R\$ 12 mil

mensais por 12 meses, somando R\$ 144 mil. Segundo o MP, o favorecimento no acesso ao hospital público teria contribuído para valorizar os serviços oferecidos pela empresa junto aos municípios.

Posição da Unicamp

Em nota, a Unicamp informou que foram instaurados dois Processos Administrativos Disciplinares (PADs), um envolvendo o Prof. Dr. Elinton Adami Chaim e outro o servidor Felipe David Mendonça Chaim.

De acordo com a universidade, ambos os processos foram concluídos. No caso do docente, Elinton Adami Chaim, a decisão foi pela absolvição. Já em relação ao servidor, Felipe David Mendonça Chaim, foi aplicada penalidade de suspensão por 10 dias.

A Universidade ressaltou que os processos administrativos seguiram os trâmites institucionais previstos, com garantia de ampla defesa e do contraditório.

Filas do SUS

A fila para cirurgias no Sistema Único de Saúde (SUS) é organizada por meio do Sistema de Regulação (SIS-REG), que define o acesso dos pacientes com base em critérios clínicos e na ordem de inscrição. Após consulta, o médico responsável solicita o procedimento e insere o caso no sistema, acompanhado de laudos e exames. A prioridade é determinada pela gravidade: situações urgentes, com risco de agravamento ou morte, têm atendimento preferencial. A gestão da fila é feita pelas Secretarias de Saúde, que distribuem as vagas conforme a disponibilidade de leitos, equipes e estrutura hospitalar. Idosos, gestantes, lactantes e pessoas com deficiência têm prioridade legal. Em caso de demora ou dúvidas, o paciente pode recorrer à Ouvidoria do SUS.



MP-SP denunciou dois médicos do HC da Unicamp como responsáveis por liderar esquema

Simulado de acidente aéreo em Viracopos testa resposta da Rede Mário Gatti

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

Um simulado de acidente aéreo realizado nesta quinta-feira (26) no Aeroporto Internacional de Viracopos, colocou à prova o tempo de resposta e a capacidade de atendimento da Rede Mário Gatti em situações com múltiplas vítimas. A atividade contou com a participação integrada de profissionais do Samu, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, equipe do aeroporto e da Unimed, reforçando a importância da atuação conjunta em cenários de alta complexidade.

O exercício simulou um incêndio em aeronave, com a necessidade de resgate de 19 vítimas com diferentes níveis de gravidade, incluindo casos de politrauma e queimaduras graves. Para a operação, foram mobilizadas cinco ambulâncias, entre unidades de suporte avançado e básico. Após o resgate,

houve o transporte de cinco vítimas e o atendimento delas nos hospitais Mário Gatti, Ouro Verde e Mário Gattinho, além da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) São José, agregando mais indicadores de resposta ao simulado.

"Simulado é sempre muito importante para as nossas equipes porque a gente consegue testar nossos tempos, a nossa capacidade de atendimento e a integração entre as equipes. Então, o simulado traz muito ganho para a gente enquanto equipe. A gente calculou o tempo-resposta real", explicou Vanessa Orrutia, supervisora do Samu. Para Dayane Roversi Cavalante, coordenadora de Resposta à Emergência Aeroportuária de Viracopos, o exercício reforça o compromisso contínuo com a segurança operacional. "Além do



Exercício no aeroporto visa aprimorar a integração

conhecimento técnico adquirido, a atividade promoveu a integração entre as equipes e fortaleceu o relacionamento institucional, fatores essenciais para a prontidão dos recursos internos e externos do

Sistema de Resposta à Emergência Aeroportuária, garantindo atuação coordenada e eficiente em situações críticas, sempre com foco na preservação de vidas", afirmou.

A ação seguiu protocolos espe-

cíficos para incidentes com múltiplas vítimas. Inicialmente, o aeroporto emitiu um alerta preventivo ao Samu, que manteve as equipes em prontidão. Após a confirmação do acidente simulado, as ambulâncias foram deslocadas até o local.

No cenário, foi realizada a triagem das vítimas por meio do método START, que classifica os pacientes por cores conforme a gravidade. Os casos mais graves foram encaminhados por unidades de suporte avançado, enquanto os demais seguiram em ambulâncias de suporte básico. As vítimas leves foram direcionadas à UPA São José, enquanto os casos mais graves foram encaminhados aos hospitais Mário Gatti e Ouro Verde, referências em especialidades como neurocirurgia e ortopedia.